

**Carta aberta ao Governador do Estado de Santa Catarina, exmo. sr. Carlos Moisés,
sobre a crise de governança no enfrentamento à Covid-19**

No último mês o Estado de Santa Catarina experimentou um enorme aumento no surgimento de casos novos e na ocorrência de óbitos por Covid-19. No período entre 20/06 e 20/07 o número de casos novos subiu 3,2 vezes; o número de casos ativos mais que duplicou e as mortes cresceram 93%. No mesmo período, notícias sobre dificuldades de internações em UTIs por Covid-19 começaram a aparecer na mídia, reflexo de taxas de ocupação preocupantes. De modo evidente, a pandemia está *fora de controle*, o que pode ser atestado pelo fato de o estado ter o maior aumento de casos do Brasil nas últimas semanas, medido pela média móvel de casos. Desde o início da atual pandemia nos posicionamos de forma inequívoca em relação ao seu curso, indicamos o caminho da ciência e da integração, da transparência e da consistência política, do isolamento social integrado e claramente colocado. Prevíamos em diversas entrevistas e documentos que uma catástrofe estaria por vir caso as medidas adequadas não fossem tomadas no momento oportuno.

A partir disso, consideramos que:

A. *As ações do governo estadual têm se caracterizado por um forte estímulo para a volta a uma suposta normalidade em um momento absolutamente anormal.* Houve, como principais exemplos, a reabertura do comércio não essencial; a volta do funcionamento do transporte público; das indústrias e do setor de prestação de serviços; a liberação de aulas práticas presenciais no ensino superior; o funcionamento de bares, restaurantes e academias de ginástica. A sinalização para a população foi clara: a economia precisa voltar a funcionar e a vida precisa voltar ao normal, a um "novo normal", em que todos devem usar máscaras de pano e cumprir regras de etiqueta social, como não tossir/espirrar em cima de outros e manter um distanciamento mínimo das pessoas em público. Do ponto de vista do imaginário social, a mensagem – traduzida em comportamentos – foi entendida como: "precisamos voltar ao normal com alguns cuidados devem ser tomados", mas também foi interpretada como "se estou de máscara estou seguro"; "já posso relaxar um pouco e ir a um bar ou restaurante sem perigo", "não morre quase ninguém", "na minha faixa etária não há grandes consequências", etc. Quem disse isso à população, essencialmente, foi o governo, ao abrandar as medidas e ao *adotar uma política no estilo Pôncio Pilatos*: lavo minhas mãos, as orientações estão aí, deixo aos municípios e às pessoas a autonomia de decidir o que fazer - anunciando isso mais como privilégio do que como responsabilidade.

B. *A delegação aos municípios claramente não funcionou.* Em muitos casos as medidas foram tomadas de forma isolada, ou, quando adotadas em consórcios regionais, ficaram aquém do que o cenário epidemiológico exigia e sem considerar as demais regiões do estado. Não temos dúvida que isso ajuda a explicar a explosão de casos em todo o estado e o aumento no número de mortos.

C. Dentre os cenários possíveis para as próximas semanas, o mais provável é o de aumento de casos, pressionando o sistema de saúde, causando mais mortes, mais internações, mais afastamentos do trabalho, mais prejuízos econômicos. O comportamento da doença permite dizer que um *lockdown* pode ser necessário num futuro próximo. E não há, que se saiba, um *plano de contingências do estado* para isso, o que *é absolutamente fundamental*.

D. Por outro lado, *as medidas tomadas até agora* pelo estado e municípios *precisam ser revista com urgência, pois elas são claramente insuficientes*. E a adoção dessas medidas precisa ter um caráter abrangente, para todo o estado e coordenado pelo governo estadual, que tem mais força política, econômica e legal na adoção das ações.

E. Frente a esta situação, o Departamento de Saúde Pública da UFSC defende as seguintes ações, como parte das políticas públicas do governo estadual:

1. *garantir ampliação massiva da testagem populacional:* comprar kit diagnósticos, aumentar a capacidade laboratorial para análise e chamar a força econômica do estado a contribuir. Sugerimos, de imediato, que as 50 maiores empresas de Santa Catarina façam a testagem de 100% de seus trabalhadores, bem como aqueles segmentos específicos de maior risco. Isso representa um investimento muito pequeno frente ao faturamento dessas empresas, mas poderá identificar e conter surtos com importante impacto para o estado; ao mesmo tempo, permite que essas mesmas empresas tenham a mais rápida resposta de normalização de sua força de trabalho.

2. *Repensar a regionalização da gestão de saúde.* Os dados têm mostrado que consórcios de municípios sem participação ativa e clara do estado não foram capazes, nos últimos 60 dias, de organizarem políticas orgânicas de enfrentamento à Covid-19 que sejam ao mesmo tempo eficazes, viáveis economicamente e de consenso sobre adoção de medidas. Apenas a gestão regional de leitos de UTI é pouco e o protagonismo do estado precisa ser maior.

3. *Reconstruir o grupo de enfrentamento à pandemia, com uma comissão que tenha 50% dos componentes da área de saúde, e não seja predominada por representantes da fazenda e de grupos econômicos, agregando a Defesa Civil e o Ministério Público, e respeitar as decisões técnicas oriundas deste comitê.*

4. *Expor de maneira clara ao setor econômico que o fechamento organizado e por tempo determinado do comércio e serviços não essenciais foi mais efetivo para a retomada da economia nos países que enfrentaram a epidemia antes de nós. A Alemanha, que controlou adequadamente a epidemia, tem restaurantes funcionando com movimento maior do que em 2019, enquanto nos EUA o movimento ainda é 60% menor e já há regiões do país fechando novamente pelo descontrole da epidemia. Além disso, verificou-se que *lockdowns* articulados entre países da União Européia reduziram até pela metade o esforço coletivo necessário para o controle da doença e que países que praticaram com rigor medidas de distanciamento em abril e maio estão hoje com mais recuperação econômica. Criou-se uma falsa dicotomia entre salvar vidas e estimular a economia. É preciso ter claro que o que causa depressão econômica nesse momento não são as ações de distanciamento social, mas a própria epidemia. Assim, a forma mais eficaz de reativarmos a economia e salvarmos empregos é controlar a doença. Para isso, em caso de transmissão acelerada e descontrolada da doença, medidas mais restritivas são necessárias por tempo determinado. É um ambiente de doença controlada, com vigilância epidemiológica funcionando e decisões baseadas na ciência e no cenário epidemiológico vigente que trará confiança à população e ativará a economia. Estamos há três meses convivendo com fechamentos e aberturas parciais, aumentando o número de casos e mortes, sem conseguir preservar empregos e pequenas empresas, em especial.*

5. *Reorientar e ampliar as campanhas de divulgação pelas principais mídias existentes (TV, rádio, internet, redes sociais, etc.) dos objetivos e da importância de medidas de distanciamento social e das estruturas de apoio existentes para aumentar a adesão da população às regras desse distanciamento, aos comportamentos preventivos e, antes de tudo, a firmeza da decisão e a condução do processo. É preciso unificar o discurso dos governantes e garantir que ele tenha aderência inequívoca ao que a ciência tem oferecido de conhecimento para salvar vidas e recuperar a economia.*

6. *Avaliar com rigor científico e de forma aberta e transparente a situação epidemiológica das regiões do estado, adotando com urgência medidas restritivas com o fechamento de atividades não essenciais nos locais que apresentam crescimento exponencial da doença. Conforme a OMS, precisamos de R_t menor que um por duas semanas, redução de óbitos por três semanas e de internações por duas semanas, necessitamos de baixa positividade de testados e alto monitoramento de positivados para controlar a*

epidemia. Não encontramos essa situação em regiões que estão com várias atividades não essenciais abertas. Basear a decisão na disponibilidade de leitos isoladamente é um erro. Pensar que é bom para a economia manter o comércio aberto em situação de descontrole de casos é um erro. Ser conivente com óbitos e sequelas de cidadãos catarinenses é inominável.

Finalmente, consideramos que a política do governo do estado precisa mudar radicalmente no sentido do protagonismo político: a adoção do distanciamento social, a adesão a normas de higiene, a aceitação das pesadas limitações sobre os direitos de lazer, de ir e vir, do exercício da liberdade econômica e do exercício profissional não podem ser relegadas à vontade individual das pessoas. Num mundo democrático e de enorme interação como o atual, é preciso que as pessoas reconheçam a autoridade e a legitimidade do estado na organização da vida em comum visando o bem geral – o que é uma definição teórica da atividade política. E que ao tomar essas decisões os governos se pautem na ciência e o façam de forma transparente e democrática.

E isso se faz com capacidade e demonstração de liderança, com protagonismo político, para que se ganhe as pessoas em seu coração, e essas se sintam representadas, confiantes e motivadas para não só aderirem ao enfrentamento da pandemia, mas para que se tornem também apoiadoras e agentes desta batalha.

O Brasil já não pode contar com o governo federal nesse papel de liderança, está claro. Mas os catarinenses ainda podem contar com o protagonismo de seu governador: não delegue, assumo; não seja demandado pelo Ministério Público para agir, mas demande e trabalhe em cooperação com o MP para que faça cumprir as políticas emergenciais necessárias. Um pacto baseado nas questões discutidas aqui, com todos os segmentos citados, é urgente e necessário

Nesse momento, não é dessa forma de lavar as mãos que precisamos. Lave-as, sim, governador; mas em seguida, calce as luvas, ponha a máscara e trabalhe na melhor resposta técnica, política e na articulação dos municípios de nosso estado para vencer esta batalha com o menor número possível de doentes e de mortos. E para que a reconstrução econômica e de segurança social dos mais pobres seja mais rápida, consistente e duradoura.

Como professores de saúde pública e especialistas da área, deixamos ainda uma contribuição para se pensar um plano de contingências caso haja a necessidade de adoção de *lockdown*, em anexo, bem como nos colocamos a disposição do estado para auxiliar nas análises, discussões, e planejamento das políticas e ações de combate a Covid-19 em Santa Catarina.

Florianópolis/SC, 29 de julho de 2020.

Assinam esta carta¹:

Departamento de Saúde Pública – UFSC
Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva – UFSC
Programa de Pós-Graduação em Saúde Mental e Atenção Psicossocial – UFSC
Programa de Pós-Graduação em Enfermagem – UFSC
Programa de Pós-Graduação em Gestão do Cuidado em Enfermagem – UFSC
Programa de Pós-Graduação em Nutrição – UFSC
Coordenação do Curso de Graduação em Nutrição – UFSC

Núcleo de Estudos em Gênero, Diversidades Sexuais e Saúde – EPICENES/UFSC
Núcleo de Pesquisa e Extensão em Bioética e Saúde Coletiva – NUPEBISC/UFSC
Núcleo de Extensão e Pesquisa em Avaliação em Saúde – NEPAS/UFSC
Núcleo de Humanização Arte e Saúde – NUHAS/UFSC
Grupo de Pesquisa em Farmacoepidemiologia – GPFAR/UFSC
Grupo de Pesquisa em Políticas Públicas de Saúde – GPPS/UFSC
Grupo de Estudos em Linguagem, Cognição e Educação – GELCE/UFSC
Teia de Articulação para o Fortalecimento da Segurança Alimentar e Nutricional – TearSAN/UFSC

¹ Instituições, Associações, Grupos e demais organizações interessadas em assinar a carta podem enviar solicitação para o e-mail para ppgsc@contato.ufs.br

Anexo I

Propostas iniciais para elaboração de um plano de contingências para adoção de *lockdowns* em Santa Catarina

Em países com baixos níveis de desigualdade socioeconômica e estrutura de proteção social abrangente e eficaz, a adoção de medidas mais restritivas é dura e difícil de ser adotada, mas deve necessariamente ser acompanhada de uma série de outras medidas que garantam a sobrevivência das pessoas naquele período de maneira decente. No Brasil, que é um dos países mais desiguais do mundo, o suporte à população é muito mais difícil, pois vai abranger um número maior de medidas para um número muito maior de pessoas. É difícil, mas possível. Já vimos que dinheiro há, mas não há vontade política, principalmente do governo federal. Não custa lembrar que os bancos privados receberam - sem pedir - R\$ 1,3 trilhão de reais; e os dados mostram que a menor parte deste recurso de fato foi utilizado para socorrer pequenos negócios, empreendedores individuais ou empresas de pequeno porte.

O conjunto de cuidados deve ser previamente pensado e planejado como um plano de contingências, a ser aplicado por um prazo determinado. Caso necessário, o *lockdown* não é, nem pode ser, uma armadilha preparada pelos governos. Sua implantação deve ser precedida de duas informações fundamentais: quando começa e quando termina, para que todos possam se preparar.

Defendemos, como pressupostos, *que a adoção deva ser dar por macro regiões* - num momento inicial, podendo ser restrita a regiões menores - e *por períodos de 21 dias*, iniciando *por aquelas de maior descontrolado de casos*. O comportamento da doença até agora indica que um período de 21 dias de duração, acompanhando-se diariamente o R_t para saída segura do *lockdown* depois disso, é estratégia consistente para se quebrar de maneira adequada a cadeia de contágio.

Para que uma cidade, ou região, possa fazer o *lockdown* pelo período necessário deve ter um plano pré-definido, incluindo uma logística realista capaz de adotar todas as medidas de proteção social em até 15 dias. Desta maneira, a adesão e o apoio da população será muito maior: todos sabem quanto tempo precisarão ficar em casa, por quanto tempo terão que manter seu negócio fechado e quando vai reabrir. Além disso, o sistema de proteção social, municipal ou estadual, terão efetivado todas as ações necessárias.

Temos que pensar, primeiramente, em manter os serviços mais essenciais em funcionamento: a saúde, a segurança, os serviços de abastecimento de água e luz. Nesses segmentos, testar para Covid-19 e disponibilizar EPIs para 100% dos trabalhadores é essencial.

É preciso preocupar-se e priorizar as pessoas que vivem na informalidade. Para este grupo, pensar em segurança alimentar é fundamental. Cadastrar todos os moradores nestas situações, mapear suas moradias e chegar até eles com alimentos e outros produtos (higiene pessoal, limpeza doméstica, etc.) são ações em que a Defesa Civil já tem *expertise* para realizar.

Montar pontos de distribuição de produtos, por doação ou compra pelos governos, geograficamente distribuídos e organizados de modo a evitar aglomerações é tarefa obrigatória. Organizar a logística para distribuir até 3 cestas básicas durante o *lockdown* nessas condições é tarefa pública, não é função de ONGs ou iniciativa pessoal de cidadãos. Complementar, a correta orientação e o apoio para que as eventuais ajudas financeiras do governo federal possam ocorrer nos mesmos moldes.